



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Tendências de Desenvolvimento da Informação Financeira

João Vítor Ribeiro Alves de Almeida

Universidade Católica Portuguesa, Católica Porto Business School
Maio de 2021



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Tendências de Desenvolvimento da Informação Financeira

Trabalho Final na modalidade de Dissertação
apresentado à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de mestre em Auditoria e Fiscalidade

por

João Vítor Ribeiro Alves de Almeida

sob orientação de
Paulo Alves

Universidade Católica Portuguesa, Católica Porto Business School
Maio de 2021

Agradecimentos

Os meus principais agradecimentos vão para o orientador desta dissertação, o Professor Doutor Paulo Alves, por todo o apoio e disponibilidade ao longo de este percurso.

Um especial agradecimento também a todos os Professores da Católica Porto Business School que me acompanharam ao longo de todo de este processo.

Por último, um agradecimento especial à minha família e a todos os meus amigos que estiveram ao meu lado e que sem eles não teria sido possível chegar até aqui.

Resumo

Aliada à adaptação organizacional, também a informação financeira necessita de estar em constante adaptação aos novos modelos económicos, financeiros e sociais. O seu estudo é fundamental, pois é o principal sistema de comunicação entre as organizações e os utentes da informação. É necessário perceber quais as novas tendências da informação financeira de forma a tornar o relato financeiro mais relevante para a tomada de decisão.

A informação financeira tem de estar em sintonia com os atuais modelos de negócios das entidades e não ser apenas vista como requisitos a cumprir. A contabilidade terá obrigatoriamente de se aproximar mais à gestão e aos modelos de negócios individuais de cada entidade.

As novas tecnologias de informação, um público alvo mais amplo e exigente, os relatórios financeiros focados principalmente na informação relevante e a divulgação de informação não financeira, serão fatores importantes para o futuro da informação financeira.

Palavras chave: Informação financeira; Mercado de Capitais; Tecnologias da Informação; Informação não Financeira

Abstract

In addition to organizational adaptation, financial information also needs to be constantly adapting to new economic, financial and social models. Its study is fundamental, as it is the main communication system between organizations and users of information. It is necessary to understand new trends in financial information to make financial reporting more relevant to decision making.

Financial information must be in line with companies' current business models and it cannot be consider just as requirements to be met. Accounting must be closer to management and to the individual business models of each company.

As new information technologies evolve, so does the demand of the target audience. Financial reports that are focused mainly on relevant information and dissemination of non-financial information will be the core of future financial reporting.

Keywords: Financial information; Capital Market; Information Technology; Non-Financial Information

Lista de abreviaturas

ACCA – International Integrated Reporting Council

AE – Accountancy Europe

CDSB – Climate Disclosure Standards Board

CMVM – Comissão de Mercado de Valores Mobiliários

DFs – Demonstrações Financeiras

ESG – Environmental, Social, and Governance

FEE – Federation of European Accountants

GAAP – Generally Accepted Accounting Principles

IAAER – International Association for Accounting Education & Research

IAS – International Accounting Standard

IFRS – International Financial Reporting Standard

IIRC – International Integrated Reporting Council

IR – Integrated Reporting

KPI – Key Performance Indicator

NCRF – Norma Contabilística e de Relato Financeiro

SDG – Sustainable Development Goals

Índice

Agradecimentos.....	ii
Resumo	iii
Abstract.....	iv
Lista de abreviaturas	v
Introdução	1
Capítulo I – Importância da Informação Financeira.....	5
1. Mercado de Capitais.....	5
2. Importância da Informação Financeira no Mercado de Capitais	6
3. Da Atividade do Negócio à Informação Financeira	9
4. Da informação financeira à Análise do Negócio	10
Capítulo II – Deficiências da Informação Financeira.....	12
1. Papel da informação financeira	12
2. Princípios da Informação Financeira.....	13
3. Normas Contabilísticas.....	14
4. Limitações da Informação Financeira	15
5. Qualidade da Informação Financeira.....	17
Capítulo III – Relevância da Informação Financeira.....	19
Capítulo IV – Iniciativas.....	28
1. <i>Federation of European Accountants</i> – Criar a Dinâmica para o Futuro	28
1.1. Tecnologias de Informação	28
1.2. Público – Alvo.....	33
1.3. Divulgação de Informação Financeira	36
1.4. Informação Não Financeira.....	42
2. Relatório Único – Integrated Reporting.....	45
3. Desenvolvimento Sustentável - Corporate Reporting Dialogue.....	48
Conclusão	51
Bibliografia	57

Introdução

O atual paradigma da contabilidade está novamente debaixo de fortes críticas. O argumento é que a profissão não pode passar apenas por simples registos contabilísticos, mas deve também aproximar-se mais à gestão e investidores. O presente trabalho pretende analisar algumas das tendências que influenciarão a profissão e os profissionais responsáveis pela preparação da informação financeira. O objetivo não é analisar o normativo atual, ou fazer uma análise individualizada aos atuais modelos que servem de base para a divulgação da informação financeira. É sim, perceber quais as tendências para o futuro que vão influenciar a informação financeira e de que forma essas tendências vão ter impacto nas necessidades dos utentes da informação.

Um modelo económico baseado na iniciativa privada e em mercados de capitais assenta por definição, na existência de informação financeira de forma que os agentes envolvidos possam tomar decisões. É fundamental para o equilíbrio dos mercados financeiros, numa definição ampla que inclui também os financiadores¹. O papel principal da informação financeira é proporcionar aos utentes informação útil e suficiente para a tomada de decisões económicas.

Os atuais modelos de normalização estão desatualizados face à atual realidade económica e necessidades das entidades, dos mercados e dos utentes da informação. A informação financeira e a profissão de contabilista têm de ser pensada num contexto económico e cooperativo global em constante mudança. É necessário implementar novos requisitos, adaptados a uma economia assente na globalização dos mercados, no rápido desenvolvimento tecnológico e no desenvolvimento financeiro sustentável. A contabilidade tem obrigatoriamente

¹ Em todo o trabalho usaremos o termo investidor em sentido lato, incluindo financiadores e acionistas. As referências específicas aos investidores no capital próprio serão expressamente referidas como acionistas.

de se aproximar à gestão. A informação financeira tem de estar em linha com os modelos de negócio e estratégia das entidades.

A relevância do presente estudo está em explorar quais as novas tendências da informação financeira e conseqüentemente, quais os desafios que as entidades relacionadas enfrentam para reproduzir informação verdadeiramente relevante, que consiga responder às necessidades dos grupos de utentes que são cada vez mais diversificados e exigentes.

Assim, no capítulo I é feito o enquadramento da importância da informação financeira nos mercados financeiros. Porque precisamos de informação financeira? Porque que a informação financeira é tão importante para o equilíbrio dos mercados financeiros? Sem informação financeira, as entidades não se conseguem financiar junto dos investidores. As entidades precisam de investidores, e por sua vez os investidores precisam de informação financeira relevante para tomar decisões económicas.

No capítulo II, analisamos as deficiências da informação financeira. O objetivo é perceber quais as limitações, os princípios adjacentes na divulgação da informação financeira, a sujeição na preparação e a qualidade da informação financeira. O papel da informação financeira não é apenas a divulgação de dados financeiros históricos. Para a informação ser útil e relevante, deve ser capaz de proporcionar confiança aos utentes da informação sobre o valor financeiro da entidade e da sua posição financeira.

O capítulo III aborda a relevância da informação financeira e a necessidade de ajustar a informação à realidade económica das entidades, dos mercados e dos utentes da informação. O aumento do público com interesses distintos nas entidades coloca novos desafios para o relato financeiro. O aumento da relevância de divulgação de informação não financeira e a importância para os utentes. A necessidade de adaptar a atual estrutura dos normativos para divulgar informação que atualmente é ignorada. Os utentes da informação financeira são

cada vez mais exigentes com a forma e conteúdo dos relatórios, priorizando a compreensão de fatores financeiros e económicos, e a relação entre informação financeira e não financeira aliada a novas metodologias de comunicação impulsionadas pelo desenvolvimento tecnológico.

No último capítulo, abordamos a iniciativa da *Federation of European Accountants*, que debate o futuro da informação financeira. Analisamos o desenvolvimento tecnológico como ferramenta de comunicação e preparação da informação financeira. O aumento de público interessado na informação financeira e os desafios de se adaptar o conteúdo do relato financeiro às diferentes necessidades dos utentes. A necessidade de ajustar os dados financeiros divulgados nas demonstrações de resultados, ao mesmo tempo que a necessidade de incorporar dados não financeiros aumenta cada vez mais.

As vantagens e desafios para a implementação de um Relatório Único <IR> e os benefícios para utentes e entidades. Como a divulgação por via de <IR> pode ajudar a suprimir a lacuna de se perder ou não divulgar informação não financeira e financeira relevante para a tomada de decisões económicas ao mesmo tempo que correlaciona a informação não financeira com os dados financeiros.

Por último, analisamos os objetivos de desenvolvimento sustentável nomeadamente os *Sustainable Development Goals* (SDG), assentes em três dimensões: económica, social e ambiental. A análise consiste em perceber porque é importante a divulgação de dados económicos, sociais e ambientais. Será que tem ou não impacto no valor da informação financeira? A relevância da informação financeira está dependente de questões sociais e ambientais?

No final do estudo, o objetivo é possuir uma visão mais clara, de quais as “Tendências de Desenvolvimento da Informação Financeira” que poderão ou não, ter um impacto na divulgação da informação financeira. Uma análise crítica

ao paradigma em torno da informação financeira focado em questões pertinentes para as entidades e utentes.

Capítulo I – Importância da Informação Financeira

1. Mercado de Capitais

Houve duas abordagens distintas que dominaram a era industrial. Por um lado, tivemos uma abordagem mais centralizada por parte dos agentes governamentais que consistiu no investimento direto nas entidades através de capital público. A segunda abordagem, *The Capitalist market*, consiste num modelo em que a atividade económica e as decisões de investimentos estão dependentes dos mecanismos que regulam os mercados. A falha do primeiro modelo foi evidente pelo facto de ter sido maioritariamente abandonado em favor do modelo de mercado, no qual o mercado de capitais se assume como o principal elo de ligação entre o investimento e os investidores (Palepu et al., 2010).

Um modelo económico baseado na iniciativa privada e em mercados de capitais assenta, por definição na existência de informação financeira de forma que os agentes envolvidos possam tomar decisões.

O papel da informação financeira, divulgada e estruturada pelas demonstrações financeiras, é proporcionar aos utentes informação útil e suficiente para a tomada de decisões económicas. Deve assegurar aos utentes a possibilidade de comparação de períodos económicos anteriores, assim como, a comparação com outras entidades. A informação financeira é uma fonte de informação com um elevado grau de importância, pois é, atualmente o principal instrumento de comunicação entre as entidades e utentes *“Corporate reporting is an essential means by which companies communicate with stakeholders as part of their accountability and stewardship obligations.”* (FEE, 2015).

O mercado de capitais é um dos principais mecanismos utilizado pelas entidades para atrair investimento externo. O funcionamento do mercado de capitais vai depender da informação financeira divulgada pelas entidades, da análise aos dados económicos e da confiança que o investidor tem nos dados divulgados nos relatórios financeiros e corporativos da entidade (Palepu et al., 2010). Os dados económicos e financeiros divulgados na informação financeira são fundamentais para o equilíbrio do mercado de capitais. Este capítulo pretende analisar a importância da informação financeira e o impacto que ela pode ter no desenvolvimento económico e porquê.

2. Importância da Informação Financeira no Mercado de Capitais

Numa perspetiva económica, o ponto crítico em qualquer economia é alocar os capitais disponíveis a novas oportunidades de investimento. Por um lado, temos as entidades e empreendedores, e do outro os investidores. Analisemos o exemplo dos gestores de investimento. Os gestores de investimento, fundos e/ou de ativos financeiros procuram escolher a melhor opção disponível no mercado em detrimento de outra, para aplicar o capital privado dos seus clientes (investidores). O processo de otimizar o capital privado à melhor opção que o mercado tem para oferecer irá contribuir não só, para o desenvolvimento da economia e para a criação e acumulação de riqueza para os investidores, mas também irá beneficiar a sociedade em geral através da capacidade de criação de emprego, o efeito multiplicador no desenvolvimento de novas ideias, inovação tecnológica e o aparecimento de novas entidades (Palepu et al., 2010).

Para que exista mercados financeiros são necessários investidores dispostos a investir o seu capital em ativos que proporcionem retorno no futuro. Um dos fatores centrais será a confiança dos investidores no mercado de capitais. Para

haver confiança, é necessária informação que proteja os investidores dos riscos associados ao mercado de capitais, como a perda do capital investido. Um dos riscos que os investidores incorrem, é o risco de informação. A inexistência de informação ou a predominância de informação sem qualidade conduzem ao que os economistas denominam de *lemons problem* (Akerlof, 1970). Analisemos o seguinte exemplo: “... *Where half the business ideas are “good” and other half are “bad.” If investors cannot distinguish between the two types of business ideas, entrepreneurs with bad ideas will try to claim that their ideas are as valuable as the “good” ideas. Realizing this possibility, investors value both good and bad ideas at an average level*” (Palepu et al., 2010).

Imaginemos que apenas existiam bons investimentos e maus investimentos. Se os investidores não conseguirem diferenciar os bons investimentos dos maus investimentos, no longo prazo, ambos seriam avaliados em termos médios e não no seu potencial de gerar retornos futuros. Assistiríamos a um rápido crescimento de maus investimentos e conseqüentemente, à perda de confiança por parte dos investidores no mercado de capitais. É necessária informação financeira credível que permita aos investidores diferenciar entre os bons investimentos dos maus investimentos se não caso contrário, o *The lemons problem* pode resultar no colapso dos mercados.

Para que os investidores mantenham a confiança no mercado de capitais, existem entidades que exercem atividades de intermediação financeira. Os intermediários financeiros terão um papel fundamental não só na afetação dos recursos disponíveis, mas também na credibilização da informação financeira que terá um papel central para o funcionamento e equilíbrio do mercado de capitais.

Podemos dividir os intermediários em dois tipos: os intermediários financeiros e os intermediários de informação “*information intermediaries*” (Palepu et al., 2010). Os intermediários financeiros são entidades registradas numa

autoridade supervisora (no caso de Portugal, é a CMVM) e estão autorizados a prestar serviços de intermediação financeira, sendo maioritariamente representados por fundos de investimentos, bancos, fundos de pensões e companhias de seguros. Os serviços prestados pelos intermediários financeiros incluem a transmissão de ordens de investimentos, abertura de contas destinadas ao registo das operações mobiliárias e depósitos de valores, gestão de carteiras, consultoria e concessão de crédito destinado a investimentos em instrumentos financeiros e valores mobiliários (CMVM, 2012).

Os intermediários de informação, são agentes externos em que o seu papel é a avaliação, análise e certificação, quer seja de entidades publicas ou privadas, países, ativos financeiros entre outros. Os exemplos mais comuns de intermediários de informação são os auditores financeiros, os analistas e agências de *Rating*.

O aparecimento de novos intermediários contribuiu para o aumento do equilíbrio e eficiência do funcionamento do mercado de capitais. Podemos comparar o papel dos intermediários como sendo a mecânica de um automóvel. Para que os mercados funcionem corretamente, são necessários mecanismos externos que credibilizem e aumentem a transparência da informação financeira para os investidores. Os intermediários providenciam uma análise externa e independente, assim como a certificação da informação financeira das diferentes entidades a operar no mercado de capitais. Sem intermediários, tanto financeiros como de informação, o risco de colapso aumenta e conseqüentemente, a perda de confiança por parte dos investidores.

A importância dos intermediários financeiros é em certo ponto relativa na decisão dos investidores e vai depender de país para país. Nos países em que existe elevadas restrições legais, os investidores optam por tomarem as suas próprias decisões. No caso dos países em que existe pouca restrição na regulação

dos mercados, os investidores tendem a recorrer mais aos intermediários financeiros.

Assim, os intermediários de informação acrescentam valor e credibilidade à informação financeira e identificarem oportunidades de investimento por via da análise à informação financeira divulgada pelas entidades. (Palepu et al., 2010).

A eficiência do sistema do mercado de capitais é assegurada pelos diferentes intermediários que servem de mecanismos no funcionamento do mercado de capitais. No entanto, nem sempre é verdade que os mercados são eficientes. Existem por vezes incentivos ou conflito de interesses entre as várias partes que falham na aplicação dos mecanismos como foi o caso da Enron e Parmalat “*A number of problems can arise as a result of incentive issues, governance issues within the intermediary organizations themselves, and conflicts of interest, as evidenced by spectacular failures of companies such as Enron and Parmalat*”. Em geral, o preço de um determinado ativo (entidade) deverá refletir o seu real valor de mercado, caso os mecanismos funcionem corretamente e o mercado sirva o seu principal propósito de aquisição de recursos financeiros (Palepu et al., 2010).

3. Da Atividade do Negócio à Informação Financeira

Os gestores são responsáveis pela aquisição de recursos financeiros e físicos para as entidades e usá-los para criar valor para os investidores. A criação de valor para o investidor é quando o retorno dos lucros é superior ao capital investido. A estratégia de negócio é formulada pelos gestores responsáveis pela gestão das entidades. A estratégia de cada entidade será influenciada pela sua envolvente económica que engloba as entidades concorrentes da mesma indústria, o preço das matérias primas e a regulação governamental. O plano estratégico irá determinar como a entidade se posicionará no mercado face aos seus concorrentes.

A atividade económica das entidades é também representada por dados financeiros divulgados individualmente para o exterior. A informação financeira irá divulgar os dados representativos da atividade económica num determinado período. Dados divulgados nos relatórios financeiros irão determinar o posicionamento da entidade no mercado face aos seus concorrentes, diretos e indiretos. Os sistemas de informação (ou sistemas de contabilidade) determinam os mecanismos para seleção, mensuração e agregação dos dados financeiros representativos da atividade económica da entidade (Palepu et al., 2010).

4. Da informação financeira à Análise do Negócio

A análise, por parte dos utentes externos à entidade, aos dados divulgados é dificultada pelas estimativas dos gestores que usam os seus julgamentos para distorcer o valor dos dados em benefício próprio. Apesar da informação financeira ter o papel de divulgar a atividade económica real das entidades, os investidores tendem a recorrer a intermediários financeiros para análise aos dados financeiros da atividade económica da entidade divulgados na informação financeira.

Apesar dos intermediários não terem acesso a toda a informação económica da entidade, a análise à informação financeira é bastante útil, pois permite avaliar o desempenho económico em comparação com outras entidades, dados do setor de atividade e interpretação dos dados face à estratégia da entidade. Uma análise externa e independente à informação financeira é desfavorável aos gestores, que tendem a estimar previsões mais otimistas do desempenho económico da entidade.

Em resumo, o mercado de capitais é um dos mecanismos disponíveis para as entidades se conseguirem financiar junto dos investidores, dispostos a investir o seu próprio capital, com o objetivo de obter um retorno face ao capital investido.

Para que seja possível a relação entre investidores e entidades, é necessário reduzir as limitações inerentes à informação financeira. Por um lado, as entidades não têm a capacidade ou recursos necessários para receber diretamente o capital dos investidores. Os investidores, por seu lado não têm informação necessária ou conhecimento suficiente para determinar qual o melhor investimento que sirva os seus objetivos.

A informação financeira vai ser crucial para o funcionamento do mercado de capitais. Informação pouco relevante ou distorcida pode levar os investidores a julgamentos errados e conseqüente perda de confiança nos mercados (Palepu et al., 2010).

Capítulo II – Deficiências da Informação Financeira

1. Papel da informação financeira

O papel da informação financeira ou contabilidade financeira é apresentação da posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa que seja útil na tomada de decisão por parte dos utentes de uma entidade (Anexo ao Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho).

A contabilidade desempenha assim um papel importante de proporcionar informação que seja útil na tomada de decisões económicas por parte dos utentes. A contabilidade financeira pode ser definida “... como sistema de informação que permite a captação, representação e medida da situação financeira, das suas alterações e do desempenho – deve fornecer informações compreensíveis, relevantes, fiáveis e comparáveis que permitam aos gestores e a todos os utentes/destinatários da informação (investidores, mutuantes/financiadores, empregados, fornecedores e outros credores, clientes, Governo e seus departamentos e público em geral) analisar a situação financeira, as suas alterações, bem como o desempenho de qualquer organização” (Lisboa et al., 2011).

O “American Institute of Certified Public Accounts (AICPA)”, nos anos 50, definiu a contabilidade como “... o acto de registar, classificar e sumariar de uma forma organizada em termos de unidades monetárias, as transações e eventos que são, pelo menos em parte, de natureza financeira de forma que permita a sua interpretação subsequente” (Borges et al., 2010). Mais tarde, a mesma entidade definiu a contabilidade de forma mais complexa como uma atividade cuja “...função é a de fornecer informação quantitativa, em primeira instância de natureza financeira, sobre entidade económicas, que se assume como sendo útil na formulação de decisões de natureza económica...” (Borges et al., 2010).

Outra forma de definir a contabilidade financeira é olhar para a contabilidade como a linguagem financeira entre as entidades e os seus utentes. Como podemos verificar pelas definições de Borges et al. (2010) “*Contabilidade Financeira, também designada de contabilidade geral ou contabilidade externa, que visa o relato financeiro para o exterior da empresa por via das demonstrações financeiras*” e “*A contabilidade nos dias de hoje é vista como um sistema de informação indispensável para a tomada de decisão, pois ela constitui o interface entre a fonte de informação, a organização, e os utilizadores dessa mesma informação...*”.

2. Princípios da Informação Financeira

A influência dos sistemas de informação leva ao registo das transações com base no período económico corrente nomeadamente, o regime do acréscimo.

O pressuposto fundamental dos sistemas de contabilidade é o registo das transações com base no período económico em que ocorreram – regime do acréscimo – e não necessariamente no período em que ocorre o recebimento e/ou pagamento - *cash accounting*.

O regime do acréscimo é um dos principais pressupostos de análise do desempenho financeiro no sentido em que as transações económicas são registadas numa perspetiva de continuidade da atividade económica das entidades, ao contrário do registo com base no pressuposto de *cash accounting* data em que ocorre os recebimentos e pagamentos o que não divulga de forma precisa as consequências económicas das transações no período que efetivamente ocorreram. O regime do acréscimo fornece informação mais realista do desempenho financeiro das entidades para um determinado período económico, e torna a informação mais e relevante para a tomada de decisões económicas (Palepu et al., 2010).

O papel da informação financeira vai para além da apresentação de dados históricos. As estimativas expressas no balanço são números relevantes para o futuro (Alves, 2018) e ferramentas indispensáveis tanto para os investidores como para os analistas para avaliar o desempenho financeiro atual e futuro.

O papel da informação financeira não é apenas a divulgação de dados financeiros históricos. Para a informação ser útil e relevante, deve ser capaz de proporcionar confiança aos utentes da informação sobre o valor financeiro da entidade.

3. Normas Contabilísticas

A grande mudança que se verificou na contabilidade foi sem dúvida o aparecimento das normas contabilísticas e o seu desenvolvimento. O desenvolvimento das normas contabilísticas abrangeu várias áreas como os contabilistas e auditores, mas também os custos associados. A definição de padrões uniformes que definem o reconhecimento e mensuração das transações financeiras aumentou significativamente a qualidade da informação financeira e permitiu ao relato ser mais transparente e conseqüentemente, possibilitou uma comparabilidade entre entidades mais realista e adaptada às necessidades dos utentes. *“... They give us handy rules for our work. We believe that they raise the quality of accounts, make company reports more intelligible, and foster comparability...”* (Dharan et al., 1994).

Como referido no ponto anterior, a contabilidade financeira rege-se por normas contabilísticas nacionais (NCRF) e internacionais (IAS e IFRS), no caso português. Estas normas nascem da necessidade de se estabelecerem conceitos e padrões subjacentes à elaboração e organização da informação financeira, que sirvam de guia na preparação e divulgação aos utentes da informação. Segundo o IASB, as normas de contabilidade são um conjunto de princípios que as

entidades utilizam para preparar e divulgar a informação financeira, através padrões padronizados que descrevem o desempenho financeira e a posição financeira da entidade.

4. Limitações da Informação Financeira

As normas contabilísticas têm contribuído muito para uma maior eficiência e utilidade da informação financeira. Os dados financeiros estimados por aplicação das normas são mais completos, transparentes e consistentes aumentando a utilidade da informação financeira para os utentes. Em alguns casos, as normas abriram o caminho ao teste de novos métodos de tratar, interpretar e estimar os dados divulgados na informação financeira *“Standards may thus play a useful role as ways of testing out new methods”* (Dharan et al., 1994).

O contributo das normas contabilísticas para o debate e desenvolvimento de novos métodos de divulgação e preparação da informação financeira é fundamental para reajustar a informação às necessidades dos seus utentes. Isso é preferível à não discussão no que respeita à forma como deve ser preparada e divulgada a informação financeira.

As normas contabilísticas tem sido um dos instrumentos usados por investidores e analistas financeiros por facilitarem a comparação de dados financeiros atuais com dados passados. A utilização de padrões uniformes dão informação mais relevante quando queremos comparar entidades do mesmo setor, ou comparar indústrias semelhantes. Por exemplo, para analisarmos os custos e o lucro da indústria do petróleo entre entidades, a informação financeira deve ser preparada e divulgada segundo os mesmos princípios e pressupostos: *“If Congress is to understand the oil industry, the producer’s figures for cost and profit must be presented on the same basis”* (Dharan et al., 1994).

A questão que se coloca é: se é verdade que as normas conferem certos benefícios, por que razão outras profissões falham na sua implementação?

Por um lado, é inexequível não dar crédito às vantagens que as normas conferem na preparação da informação financeira. Contudo, em determinadas profissões a sua implementação, falha. *“If standards confer such patent benefits, we should perhaps ask why most other professions fail to produce them”* (Dharan et al., 1994). Está subjacente a ideia de que por um lado, ter padrões estandardizados pode trazer vantagens, é também verdade a desvantagens em certos planos face ao principal objetivo da informação financeira (Dharan et al., 1994).

Analisamos o seguinte exemplo:

“There seems nothing to stop engineers, doctors, and so on - if so minded – from our example. Thus a medical body could set up a committee of its distinguished experts to formulate standards for the treatment of this or that intractable disease. Such rules might well spur on wayward doctors to give better treatment; they also would shield doctors accused of negligence. Similarly engineer’s association could produce standards on the design of motor-cars.

But these bodies do not in fact issue standards. Some of the reasons are obvious. A conscientious doctor will wish to use his judgement on each patient; he may feel that diseases show a rich variety, and patients cannot be stretched into a Procrustean bed. Some doctors – including able young innovators – will believe that the standard’s treatment is not in fact the best” (Dharan et al., 1994).

É perceptível que um padrão fixo na avaliação e diagnóstico do paciente poderá não ser a melhor solução e que o julgamento profissional na prescrição do tratamento é fundamental. Na economia e na preparação da informação financeira esta ideia é de certa forma limitada pelas normas estabelecidas o que por sua vez, pode limitar a informação financeira em aspetos relevantes para os utentes da informação. Neste ponto observamos que por um lado as normas contabilísticas contribuem para a divulgação da informação financeira uniforme

possibilitando uma melhor comparabilidade entre entidades, mas por outro lado, restringem a divulgação da informação financeira a padrões estandardizados limitando o julgamento profissional.

Em suma, podemos afirmar que o principal objetivo das normas é definir padrões iguais e similares para diferentes entidades e indústrias, permitindo em certos aspetos o julgamento profissional, mas sem influenciar o interesse de terceiros. *“The purpose of accounting standards is to assure that financial information is presented in a way that enables decision makers to make informed judgements. To the extent that accounting standards are subverted to achieve objectives unrelated to a fair and accurate presentation, they fail in their purpose”* (Dharan et al., 1994).

5. Qualidade da Informação Financeira

O objetivo da informação financeira é proporcionar aos utentes informação útil para a tomada de decisão. Para isso é necessário que a informação seja relevante e fiável. A informação é relevante quando é útil para a tomada de decisão. Para que a informação seja útil à tomada de decisões económicas, deve estar isenta de erros materiais e representar fidedignamente o que pretende representar (Anexo ao Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho).

No entanto, a informação financeira é muitas vezes influenciada pelos próprios gestores das entidades que usam o seu conhecimento não só para a criação de valor, mas também para distorcer os dados divulgados através da manipulação de resultados em benefício das metas.

De acordo com Roychowdhury (2006), vários estudos apontam que a influência da gestão no processo de divulgação da informação financeira ocorre não só por meios das estimativas e métodos contábeis, mas também por via das decisões operacionais. Nestas situações, os gestores têm motivação para alterar o

valor da informação financeira através da gestão dos resultados ou do valor financeiro para atingirem metas definidas internamente (Roychowdhury, 2006).

De acordo com Healy and Wahlen (1999), a gestão dos resultados ocorre quando os gestores usam o seu julgamento para alterar os valores nos relatórios financeiros, a estrutura das transações e/ou os resultados que dependem dos princípios contabilísticos geralmente aceites com a finalidade de afetar a tomada de decisão sobre a posição financeira e desempenho financeiro da entidade. *“Earnings management occurs when managers use judgment in financial reporting and in structuring transactions to alter financial reports to either mislead some stakeholders about the underlying economic performance of the company or to influence contractual outcomes that depend on reported accounting practices”* (Roychowdhury, 2006).

Estas situações ocorrem, porque os gestores têm incentivos para alterar os resultados por força de atingirem as metas fixadas através da manipulação dos resultados. A manipulação dos resultados terá um impacto direto na qualidade da informação financeira, capaz de influenciar os utentes e investidores a tomarem decisões com base em informação distorcida que não reflita o verdadeiro valor do desempenho e posição financeira da entidade.

Os mecanismos não eliminam por completo a flexibilidade dos gestores em distorcer o valor da entidade. Os relatórios internos como o relatório estratégico da entidade é um mecanismo importante para os gestores influenciarem o valor da informação financeira.

Capítulo III – Relevância da Informação Financeira

A contabilidade financeira vive um novo paradigma e está novamente debaixo de fortes críticas. A *Federation of European Accountants* no documento *The Future of Corporate Reporting – creating the dynamics for change* cita: “*Species either evolve or become extinct*”. O significado é simples, as espécies ou evoluem ou são extintas. O mesmo se aplica à economia, aos mercados financeiros e às entidades. Os atuais modelos de normalização contabilística que definem os requisitos globais através de um conjunto de princípios para apresentação e divulgação da informação financeira (SNC) estão desatualizados face à atual realidade económica e necessidades das entidades, dos mercados e dos utentes da informação (FEE, 2015).

Os contabilistas, a própria profissão, assim como outros serviços financeiros na sequência da crise financeira, foram fortemente criticados e foi questionado se a informação financeira e a contabilidade é que falharam, ou se foram outros princípios adjacentes como o capitalismo moderno. Independentemente da resposta, a informação financeira e a profissão de contabilista têm de ser pensada num contexto económico e cooperativo global em constante mudança (FEE, 2015).

“Following the financial crisis, the accountancy profession, together with other professions involved in financial services, have been heavily criticized by some constituents. In this context, the key question needing to be addressed is: “Is it accounting and reporting that failed, or other principles which are more deeply rooted in the culture of modern capitalism?” Whatever the answer, the future of corporate reporting needs to be considered in the context of a changing corporate world” (FEE, 2015).

Uma economia assente na globalização dos mercados, no rápido desenvolvimento tecnológico, na sustentabilidade e em crises financeiras constantes, coloca em causa se a informação financeira cumpre com o seu

principal objetivo. No entanto, apesar de já existir uma vasta literatura e a crescente consciencialização da necessidade de uma comunicação mais concreta e eficiente entre entidades e utentes da informação, é clara a falta de uma visão comum dos aspetos relevante da informação financeira para a tomada de decisões económicas (FEE, 2015).

Afigura-se necessária a implementação de princípios mais rigorosos, para se alcançar uma maior transparência nos relatórios financeiros e não financeiros. Por um outro lado, uma das áreas mais relevantes da informação financeira está na própria cultura das entidades e não apenas nos requisitos legais que por si só já não são suficientes. A ética empresarial muitas das vezes negligenciada e vista apenas como mera informação adicional, é considerada por muitos dos utentes a parte mais relevante das entidades na criação de valor no médio e longo prazo (FEE, 2015).

A informação financeira tem de estar em linha com os modelos de negócio e estratégia das entidades de forma a serem relevantes não só para o um desenvolvimento económico sustentável, mas também para a tomada de decisões económicas dos utentes. Os atuais modelos normativos que servem de base para a divulgação da informação financeira estão desatualizados. É necessário adotar modelos que ajudem as entidades a serem mais competitivas e que permita à gestão tomar decisões com base em previsões realistas das tendências económicas futuras. A informação financeira divulgada por via das demonstrações financeira deve desempenhar um papel de auxílio às entidades de forma a tirar vantagens sobre os seus concorrentes diretos.

A contabilidade não pode ser vista como mero registo contabilístico de transações económicas e calculo de impostos a entregar ao estado. Tem necessariamente de se aproximar mais da gestão, e não se limitar a registos demorosos e repetitivos. *“A Contabilidade irá aproximar-se da gestão e dos stakeholders, assumindo-se como fonte de informação essencial. Para que sobrevivam, os*

profissionais de contabilidade devem seguir esse caminho e aproximar-se da gestão e dos investidores ou financiadores.” (Alves, 2018). A contabilidade deve e tem de ser entendida como o principal sistema de informação para os utentes da informação financeira. Um sistema de apoio transversal às diversas áreas dentro e fora de uma entidade, não servindo apenas os interesses individuais, mas também ser uma fonte de informação fidedigna para os utentes da informação.

Um sério desafio que a contabilidade enfrenta é perceber se os sistemas de informação atuais devem servir os utentes individualmente segundo os seus interesses ou evoluir para um sistema universal que sirva todos os utentes simultaneamente. *“Estamos assim perante aquilo que, recentemente, se tem designado por paradigma da utilidade, ...”* (Borges et al., 2010). O aparecimento deste novo paradigma é a razão de diversos outros desafios com que a contabilidade se depara.

Os ataques à contabilidade centram-se principalmente na perda de relevância da informação financeira. A informação financeira divulgada nos relatórios anuais é relevante para a tomada de decisão por parte dos investidores. Os relatórios financeiros devem continuar a priorizar a divulgação de informação financeira histórica. *“The full and unabridged annual accounts are of critical importance to the providers of financial capital. It should always remain part of the statutory report. We therefore disagree with the thought that financial statements are losing relevance.”* (AE, 2017). O paradigma não está na divulgação da informação histórica, mas sim no excesso de informação pouco relevante para os utentes e na falta de informação que atualmente não é requisito dos normativos.

Os relatórios financeiros não são a única fonte de informação financeira à disposição dos utentes. O aumento de novas fontes de informação em tempo real faz os relatórios financeiros perder alguma relevância para a tomada de decisão. Muitos utentes estão a privilegiar informação que chegue mais rápido que propriamente os dados divulgados nos relatórios financeiros.

De referir ainda, que o ambiente de negócios apresenta novos desafios. Medir a rentabilidade e competitividade é o foco principal das entidades. A contabilidade tem de se adaptar a esta nova realidade. Aproximar os profissionais que preparam a informação financeira à gestão e assumirem funções diferentes e não apenas o lançamento das transações económicas e financeiras (Alves, 2018).

A informação financeira e, conseqüentemente a qualidade dos relatórios futuros, serão afetados por várias tendências que pretendem servir melhor os interesses individuais dos utentes da informação. O presente trabalho pretende analisar algumas das tendências que influenciarão a profissão e os profissionais responsáveis pela preparação da informação financeira. O objetivo não é analisar o normativo atual, ou fazer uma análise individualizada aos atuais modelos de que servem de base para a divulgação da informação financeira. É sim, perceber quais as tendências para o futuro que vão influenciar a informação financeira e de que forma essas tendências vão ter impacto nas entidades, nos mercados e nos utentes da informação.

Público alvo

A contabilidade enfrenta dois desafios centrais quando falamos de utentes da informação financeira. Por um lado, o paradigma da utilidade, como referido anteriormente, que se restringe numa contabilidade universal igual para todos ou direcionada aos interesses individuais dos diferentes utentes da informação financeira (Borges et al., 2010). Por outro lado, o aumento do público interessado nas atividades das entidades coloca desafios para os atuais modelos que servem de base à divulgação da informação financeira.

Os relatórios financeiros, apesar de não serem uma novidade, foram sofrendo uma evolução ao longo das últimas décadas. A crítica aos atuais relatórios financeiros como os conhecemos é, o facto de apenas se focar nos principais

utentes da informação financeira. O relatório atual apenas tem em consideração os stakeholders, clientes, fornecedores, financiadores e investidores. O grande debate em torno de quem são realmente os utentes da informação está no facto dos novos modelos económicos não privilegiarem apenas os fornecedores de capital, mas sim um público mais vasto. Isto não significa que deva ser apresentada uma nova informação para um público alvo diferente, mas sim existir uma adaptação dos relatórios atuais que divulgue informação de fácil interpretação não considerando apenas investidores e financiadores (financeiro e não financeiro) (FEE, 2015).

A informação financeira deve considerar um público mais amplo de utentes da informação com interesse não apenas em dados financeiros, mas também em informação não financeira. A informação financeira deve ser divulgada a pensar na “população em geral”, partindo do pressuposto que qualquer individuo pode ter interesse na informação financeira e não financeira. *“Building on this premise of a growing audience, the content of corporate reporting in the future should expand to address the wider needs for corporate information”* (FEE, 2015).

Informação financeira e não financeira

A divulgação de informação não financeira é já uma realidade e não uma tendência. As entidades são hoje avaliadas não só pelos desempenhos financeiros, mas por questões sociais e ambientais desde políticas e procedimentos favoráveis ao ambiente, à valorização dos direitos dos trabalhadores, à da igualdade de direito entre homens e mulheres entre outros. O relato do risco e da estratégia assume hoje também um papel absolutamente fundamental. O valor económico de uma entidade já não é medido apenas por dados estritamente financeiros. *“Non-financial information has become a bigger part of corporate reporting. And, given that such information may well help to improve investment decisions, this development is welcome”* (AE, 2017).

Fontes alternativas de comunicação e novas metodologias estão a substituir os relatórios financeiros. Novos dados de informação relevantes para a tomada de decisões económicas pelos utentes potenciam novas formas de comunicação. Não são os relatórios que estão a perder relevância, mas sim o que é realmente importante para os utentes.

A questão que se coloca nos relatórios financeiros é que falham na divulgação de informação relevante, dando prioridade a dados financeiros muitas vezes exaustivos e difíceis de interpretar, perdendo relevância no que é realmente importante. A informação financeira divulgada por via dos relatórios financeiros necessita de se concentrar na informação que realmente importa para os utentes da informação. Uma elevada quantidade de dados financeiros não significa que a informação é mais relevante para a tomada de decisões económicas.

É necessário adaptar a estrutura conceptual para a divulgação de informação financeira ligada à sustentabilidade. A informação financeira não se pode limitar a divulgar a posição financeira, desempenho económico e critérios de mensuração das transações. A divulgação de dados financeiros relacionados com a sustentabilidade são informações adicionais sobre o valor da entidade no longo prazo, incluindo o valor de ativos intangíveis que não são atualmente divulgados na atual estrutura conceptual. É necessário explicar aos investidores como as medidas de sustentabilidade influenciam os dados económicos da entidade e o impacto que tem no ambiente.

É importante para os investidores perceber os riscos associados ao clima e como isso pode afetar o valor recuperável de um ativo. Quais as medidas que as entidades estão a implementar. Por exemplo, nas indústrias extrativas, os utentes mostram interesse pelos riscos relacionados com o ambiente e se a entidade considerou os riscos para determinar a continuidade ou não da sua atividade tendo em conta as alterações ambientais que tal atividade pode originar (IIRC. 2020).

Os modelos empresariais devem fazer parte dos relatórios financeiros. As entidades devem definir níveis de materialidade para divulgar informação relativas aos seus modelos de negócios, estratégia e implementação assim como explicar os objetivos no curto, médio e longo prazo. A estratégia da entidade deve ser explicada para melhor se perceber os dados financeiros divulgados. Qual atividade da entidade, as metas e objetivos, e o intuito da entidade (2017, Comissão Europeia).

Outro aspeto relevante que se verifica é a divulgação dos relatórios financeiros tardiamente. A divulgação da informação financeira relevante para a tomada de decisão, incluindo os dados financeiros como dados não financeiros, tem obrigatoriamente de estar em sintonia com os movimentos económicos. Informação que não seja divulgada em tempo oportuno corre o risco de perder a sua relevância para a tomada de decisão.

Os relatórios financeiros têm obrigatoriamente de estar em sintonia com os modelos de negócios atuais das entidades. A questão não está na falta de relevância dos dados financeiros expressos no balanço, mas sim no equilíbrio entre o normativo e os modelos de negócios.

Tecnologia

A tecnologia alterou e continuará a alterar significativamente forma de divulgar a informação financeira. Novas ferramentas tecnológicas pouparão tempo aos profissionais, dando-lhes a oportunidade para exercer funções que atualmente são descuradas e muito por culpa na forma como a contabilidade é pensada atualmente. *“A tecnologia devolverá tempo aos profissionais que poderá ser usado em funções importantes para as empresas, funções essas que têm sido bastante descuradas.”* (Alves, 2018).

Com o desenvolvimento da tecnologia, novas ferramentas surgem como base para a preparação e divulgação da informação financeira. É necessário que os

relatórios financeiros acompanhem este desenvolvimento. A tecnologia irá mudar a forma como os relatórios são preparados, permitindo simultaneamente, eliminar informação menos relevante, focando-se na divulgação e produção de informação verdadeiramente relevante para a tomada de decisão (FEE, 2015).

Desta forma, e após a análise efetuada, é de salientar que o objetivo da presente dissertação, como já referido, não é definir de que forma a informação financeira deve ser divulgado ou que partes dos atuais normativos devem ser adaptados à economia atual. O foco principal é descrever quais as tendências que vão moldar os futuros relatórios e moldar a informação financeira aos atuais modelos de negócios e necessidades dos utentes. Este paradigma em volta da informação financeira como atualmente é divulgado, mostra-se incompleto e demasiado complexo de interpretar.

Assim, em suma, os relatórios financeiros não podem estar dependentes de quadros standardizados, uma vez que a economia está em constante mudança (um exemplo, a economia tem vindo a deixar de depender de ativos tangíveis em prole de ativos intangíveis que muitas vezes não são divulgados na atual estrutura conceptual) (FEE, 2015).

Os utentes da informação financeira são cada vez mais exigentes com a forma e conteúdo dos relatórios, priorizando a compreensão de fatores financeiros e económicos (como o risco de investimento e a criação de valor no longo prazo), mas também, e cada vez mais, do impacto ambiental e social que as entidades podem gerar na sociedade. Ou seja, a relação entre informação financeira e não financeira tem ganho cada vez mais importância para os utentes da informação e é cada vez mais valorizada e reconhecida. Informação financeira não são apenas dados financeiros. Informação que não seja financeira faz hoje parte e deve ser divulgado. Desta forma, o fator da inovação tecnológica não pode ser esquecido nem deixado de parte. A eficiência na preparação e divulgação da informação só será possível com ajuda de novas ferramentas tecnológicas, e com a constante

inovação dos procedimentos. Numa economia global em constante mudança, a adaptação e inovação da informação financeira à realidade económica é fundamental para que a informação não perca relevância ou se torne irrelevante para a tomada de decisões económicas (FEE, 2015).

Capítulo IV – Iniciativas

Considerando análise anteriormente realizada, onde se expôs a importância da informação financeira. As deficiências atuais com foco na análise aos seus princípios, limitações e sujeições. A relevância da informação financeira e necessidade de se ir ajustando aos mercados e sociedade no geral. Neste capítulo vamos abordar as iniciativas de alguns organismos, quais as estratégias, propostas e necessidades da informação financeira.

1. *Federation of European Accountants* – Criar a Dinâmica para o Futuro

1.1. Tecnologias de Informação

A tecnologia é hoje um pilar na economia global e tornou-se essencial nas mais diversas áreas. Um grande e recente exemplo disso, é a COVID-19, que obrigou ao confinamento e as novas tecnologias de informação foram a solução para a comunicação e a implementação do teletrabalho. A necessidade de uma comunicação mais digital e ágil não é de agora. A informação financeira não é exceção e necessita de se adaptar às novas ferramentas. Mas como?

As tecnologias de informação são atualmente uma parte fundamental na cultura organizacional de uma entidade. Influenciam a estratégia, adaptam os modelos de negócios e a gestão das próprias entidades. São hoje uma vantagem, uma vez que permitem o rápido processamento de informação, a redução de custos, tempo e a incrementação de “*multitasky*” nas várias operações (FEE, 2015).

Não existe qualquer dúvida, as tecnologias de informação serão e em muitos casos já o são, a principal ferramenta de comunicação entre as várias partes das entidades. De acordo com um estudo que juntou vários participantes da “Accountancy Europe” no documento “*The Future of Corporate Reporting – creating the dynamics for change*” publicado em março de 2017, os participantes preveem que os atuais relatórios serão baseados em ferramentas “*web-based*” em substituição dos tradicionais papéis/PDF. As tecnologias de informação irão contribuir para uma melhor estruturação e acesso à informação financeira.

Por outro lado, as tecnologias de informação trazem desafios aos utentes da informação financeira. Muito provavelmente, o papel dos auditores irá sofrer fortes alterações. Os procedimentos mais tradicionais terão de se adaptar às novas ferramentas tecnológicas.

A inovação tecnológica é um esforço conjunto de todas as partes. Profissionais ligados à contabilidade tem de se adaptar a esta nova forma de se comunicar. É essencial continuar a promover o julgamento e ceticismo profissional nas estimativas financeiras, ao mesmo tempo dar liberdade e incentivo à inovação e experimentação de novas técnicas e modelos de negócios. “*The principles-based approach and room for preparers to make own judgements and assessments is essential for fostering incentives for experiment and change. Swedish Enterprise Accounting Group (SEAG)*”.

Novos modelos de comunicação só serão possíveis se auditores e contabilísticas permitirem a experimentação de novos métodos e legisladores alterarem princípios e requisitos que limitam a inovação por parte das entidades. São necessários novos métodos de contabilização que priorizem uma maior flexibilidade na preparação da informação financeiras e não limitar a inovação de novos modelos e meios de comunicação. “*There is an overarching view that standards and regulation should be based on principles to allow for flexibility and*

innovation. This message might not have always been taken to heart by policy makers and standard setters” (AE, 2017).

A partilha de informação, como por exemplo as redes sociais, mudou o mediatismo da partilha de informação. A informação financeira atual vai muito além de meros relatórios internos das entidades. A informação publicada em Websites e outros meios digitais acrescentam dados e estimativas que muitas vezes não vem divulgados na informação financeira.

Os relatórios vão beneficiar com a inovação tecnológica, permitindo adicionar maior quantidade de dados à informação, sem colocar em causa a relevância da informação, a complexidade e os custos associados.

As tecnologias de informação também se apresentam como meios alternativos de comunicação entre entidades e utentes da informação. As redes sociais ganham hoje espaço como canais de comunicação entre entidades e stakeholders em alternativa aos meios mais tradicionais (relatórios anuais impressos ou em PDF). *“Technology is changing the presentation and content of corporate reporting, therefore do not think in terms of printed reports and PD, but think in terms of ‘screen”.*

A inovação digital afeta não só a capacidade de obtenção de mais informação financeira, como a apresentação dessa informação também sofre grandes alterações. Exemplos deste aspeto são a utilização de Websites *HTML-based reporting*, que permitem aos utentes aceder de forma mais dinâmica à informação financeira (por exemplo, a criação de gráficos e compilação de diferentes relatórios num único ficheiro) e a utilização das redes sociais para a partilha de informação bidirecional entre stakeholders, analistas e utentes da informação. *“Social media provides an opportunity for two-way communication, giving stakeholders the chance to communicate with the company, analysts and other parties to exchange ideas or provide feedback” (FEE, 2015).*

Outro dos aspetos mais importante, e que já é uma realidade, é o tempo que a informação financeira relevante para tomada de decisão fica disponível. Como já

referido anteriormente, a informação financeira pode perder a sua relevância com o tempo, principalmente na perspetiva dos investidores. As novas tecnologias de informação terão um papel importante na divulgação de informação mais rápido, tornando-a relevante para a tomada de decisão económicas.

A tecnologia irá reduzir substancialmente o tempo de processamento, enquanto permite a filtragem de dados ou relatórios que melhor se adequa aos utentes e aos seus interesses individuais. O grande desafio para os contabilistas e gestores será assegurar que a informação é credível ao mesmo tempo que se adapta a esta nova realidade. *“Further innovation in technology can enhance the effectiveness of the preparation and presentation of financial statements of companies”* (FEE, 2015).

Comunicação bidirecional versus unidirecional

As tecnologias de informação irão aumentar a fiabilidade da informação financeira. *“As long as the proper controls are in place, the extensive use of technology in reporting should enhance the reliability of information presented to users.”*

A comunicação entre entidades e utentes da informação poderá passar por uma comunicação bidirecional. Esta capacidade de comunicação irá melhorar a comunicação entre as partes e divulgar a informação realmente relevante para a tomada de decisões económicas. Os atuais modelos de divulgação financeira são considerados como uma comunicação unidirecional, em que o principal propósito é divulgar a informação histórica segundo os requisitos previstos e definidos nos normativos.

Existe o esforço por parte dos gestores em adaptar e reajustar a informação financeira às necessidades dos utentes da informação para a tomada de decisão, mas a falta de diálogo dificulta a tarefa dos gestores em corresponder às expectativas em parte ou em todo dos utentes. Uma comunicação bidirecional

entre utentes e entidades com feedback constante e partilhas de informação pode ser uma solução na procura de perceber qual a informação realmente útil para os utentes e investidores. Não estamos a afirmar que modelos que divulgam a informação financeira não são importantes ou que os normativos atuais estão errados. A ideia é complementar eventuais lacunas na divulgação da informação financeira com novas metodologias e novas ferramentas de comunicação que poderão resultar na redução substancial de tempo de análise da informação, assim como melhorar o desempenho operacional das entidades.

As entidades não podem esquecer o efeito das redes sociais e o aumento das plataformas que são hoje, vistas como ferramentas de consulta e partilha de informação entre investidores, entidades e outros utentes da informação financeira. Se por um lado estas novas formas de comunicação aumentam os benefícios para ambas as partes, os riscos associados a novas formas de partilha também aumentam. O grande entrave no acesso a novas tecnologias de informação será os custos associados com a implementação e manutenção operacional dos sistemas. Será necessário avaliar o custo-benefício em relação ao retorno para os utentes e entidades. Esta avaliação dos custos associados à estratégia das entidades e às necessidades dos utentes da informação irão determinar a velocidade com que as entidades se adaptam a operar em sistemas integrados.

O estudo do comportamento dos utilizadores através do histórico de navegação, por exemplo os cookies utilizados pelos websites, permitem a recolha de dados históricos e principais temas que utentes mais procuram saber.

As tecnologias de informação vão permitir meios de comunicação mais eficientes mesmo para utentes menos especializados e simultaneamente, facilitarão a apresentação de informação de forma mais simples ao permitir a seleção informação de acordo com as necessidades e objetivos dos utentes individualmente. A tecnologia será um importante aliado no armazenamento e

fornecimento dados. Terá de ser vista como uma ferramenta para satisfazer adequadamente as necessidades dos utentes da informação, enquanto reduz a elevada quantidade de dados menos relevantes. “... , *the overall objective should be to properly meet the needs of stakeholders and not solely to reduce volume*” (FEE, 2015).

Apesar das vantagens que a tecnologia apresenta, é necessário garantir a segurança não só da própria informação interna e operacional como a dos utentes da informação. São necessários investimentos ao nível da incrementação de políticas adequadas à proteção de dados e ao cumprimento dos regulamentos e ética na gestão de dados pessoais dos vários utentes envolvidos.

1.2. Público – Alvo

A sociedade e o desempenho económico dos países são influenciados pelos comportamentos e atividades das entidades. Por sua vez, as ações e comportamentos das entidades para com a sociedade são influenciados por restrições legais e regulamentares, mas também por fatores como a pressão dos investidores e consumidores, a gestão política dos governos, a opinião pública, a moral e a ética.

De acordo com a “*Federation of European Accountants*”, no documento “*The Future of Corporate Reporting – creating the dynamics for change*” sugere algumas das principais tendências para o futuro das entidades: (i) aumento de partes interessadas ou utentes da informação; (ii) aparecimento de novos grupos, com interesses nas atividades das entidades que exigem maior transparência na informação para dar resposta a questões que anteriormente não era dada tanta importância (como por exemplo, questões sociais e ambientais); (iii) aumento de parceiros económicos impulsionado pela globalização dos mercados; (iv) aumento de questões de ética empresariais e sociais com impacto direto no valor

da entidades. Os utentes da informação financeira aumentarão e influenciarão o desempenho e valor das próprias entidades.

Existe um debate em volta do atual quadro normativo, em que parte dos investidores e outros utentes da informação, argumentam que os atuais quadros normativos assim como os relatórios de auditoria são destinados apenas aos detentores de capital (incluindo investidores) e entidades financiadoras de capital. Os atuais normativos obrigam e bem, à divulgação relativa aos utentes de fornecedores de capital (investidores e entidades financiadoras). A lacuna está na desconsideração de outros utentes que não investidores e detentores de capital.

Existe confusão sobre a definição de quem são os utentes primários da informação financeira. De acordo com o emitido pela IASB, as IFRS têm como propósito satisfazer as necessidades dos principais utentes, como definido no atual quadro Conceptual dos Relatórios Financeiros (FEE, 2015). Em simultâneo, a Constituição das IFRS define que um dos princípios é *“to develop, in the public interest, a single set of high quality, understandable, enforceable and globally accepted financial reporting standards based upon clearly articulated principles. These standards should require high quality, transparent and comparable information in financial statements and other financial reporting to help investors, other participants in the world’s capital markets and other users of financial information make economic decisions.”* (Constitution, 2020)

As crises financeiras abriram o caminho à discussão. Se a informação deve ser pensada apenas para os principais utentes ou se deve abranger um número de utentes mais amplo e diversificado. O atual quadro do <IR> já contempla de certa forma esses novos utentes, com a divulgação de dados não financeiros como os modelos de negócios, estratégia e o desenvolvimento sustentável das entidades no longo prazo.

O valor das entidades já não é apenas medido pelo seu desempenho económico ou pela capacidade de gerar *Cash Flows* futuros. As suas ações e efeitos na sociedade como a sustentabilidade e cuidados com o clima são exemplos de fatores que influenciam o valor das entidades e são hoje critérios preponderantes nas decisões económicas dos investidores. Embora o impacto financeiro dos resultados seja ainda subjetivo, é clara a necessidade de adaptar a informação financeira a novos utentes da informação com interesses que não apenas nos dados económicos e financeiros.

A perda de controlo por parte das entidades na forma como divulgam a informação aumenta a necessidade de definir novos critérios de controlo e como essa mesma informação poderá ser utilizada e acedida por um grupo de utentes mais amplo e diversificado. A informação financeira tem de ser relevante para os vários utentes. Já não falamos apenas de investidores, stakeholders, entidades financeiras, estado, auditores, analistas financeiros, reguladores e intermediários. Grupos ligados à proteção do meio ambiente ou grupos sociais de defesa dos trabalhadores e da sociedade são hoje utentes da informação financeira. O grande desafio, claro está, não será prever quais os utentes de cada entidade em particular, mas sim definir critérios que ajustem a informação financeira a vários grupos sociais com interesses e necessidades distintas nas várias atividades das entidades.

A informação financeira é quase exclusivamente destinada aos chamados utentes primários. Já os relatórios internos (como é o caso do relatório de gestão) e os relatórios integrados, são dirigidos a outros utentes da informação que não apenas os utentes primários. A tendência é para que os relatórios, cada vez mais, priorizem informação não financeira e não apenas financeira.

A lacuna, a meu ver está em: se deve ou não haver diferenciação na informação divulgada aos diferentes utentes da informação através de vários relatórios ou se

a informação deve ser compreendida num único relatório mais abrangente, como por exemplo o Relatório Único.

A tecnologia irá de certa forma corrigir muitas das lacunas, mas por si só não será suficiente. Não é exequível relatórios distintos dirigidos a diferentes utentes. Não é uma abordagem realista. E, um relatório de caráter geral também não parece ser a solução.

A solução terá de estar num trabalho conjunto entre entidades, instituições, legisladores e utentes da informação financeira. Avaliar as principais necessidades de informação e apresentar soluções e alternativas. Uma comunicação bidirecional poder ser o início, mas não será a solução (FEE, 2015).

1.3. Divulgação de Informação Financeira

A comunicação de informação financeira, que não é divulgada, é em certa medida, mais relevante para os investidores (um exemplo é o anúncio de ganhos futuros). Apesar de limitada, os investidores tendem a tomar decisões com base nessas informações.

O mercado tende a valorizar a relevância e oportunidade da informação em prole da sua fiabilidade. A oportunidade de obter informação assume um papel fundamental nas decisões económicas dos investidores dada a grande volatilidade dos mercados financeiros. Por outro lado, informação financeira divulgada nas demonstrações financeiras é fundamental para credibilizar os dados económicos e financeiros das entidades.

Os pontos que se pretendem discutir quanto à forma da informação financeira são: (i) a relevância e oportunidade; (ii) a falta de informação relevante para a tomada de decisão; e, (iii) o excesso de informação nos relatórios financeiros (segundo uma visão Federation of European Accountants no documento “*The Future of Corporate Reporting*”).

A informação financeira tem perdido relevância devido à falta de oportunidade de comunicação em tempo útil aos investidores e utentes. A informação financeira não deve apenas ter um papel confirmativo em relação aos dados financeiros emitidos pelas entidades. Devem também servir para acrescentar valor aos utentes da informação financeira na tomada de decisões económicas.

Do ponto de vista dos mercados financeiros e da economia, os relatórios internos das entidades têm um papel mais ativo face às demonstrações financeiras. Este elemento fornece informação acerca da posição financeira das entidades, assim como as perspetivas de criação de valor de longo prazo. A informação para ser relevante na tomada de decisão deve ser comunicada oportunamente aos utentes da informação. Os investidores estão dispostos por vezes a correr riscos a confiar em informação incompleta ou menos fiável a esperar pela divulgação das demonstrações financeiras. Por outro lado, a divulgação da informação financeira tem tendência em ser adiada por dificuldade na preparação ou pela necessidade de divulgar eventos relevantes.

Muitos dos principais utentes da informação financeira são da opinião que faltam dados relevantes às demonstrações financeiras. Alguns exemplos que os utentes identificam são os ganhos ajustados, que são úteis para a análise entre entidades, ou informação não prevista nos atuais normativos.

A atual Estrutura Conceptual é considerada como volumosa e exaustiva com demasiada informação pouco relevante para a tomada de decisões económicas. Contudo, muitos utentes consideram que existe mesmo informação relevante e/ou juízos de valor que ficam de fora dos atuais quadros normativos. O elevado número de requisitos de divulgação levou que os profissionais responsáveis pela preparação das demonstrações financeiras olhem para as mesmas como uma lista de verificações a divulgar, centrada única e exclusivamente no cumprimento dos requisitos legais previstos nos normativos.

Por um lado, esta abordagem garante a conformidade dos dados divulgados e que são significativos para as entidades e modelos de negócios. É, no entanto, necessário um equilíbrio entre o volume de dados divulgados e a relevância da informação financeira para os seus utentes.

Como já referido, a oportunidade de divulgação da informação é fundamental para a tomada de decisões. É verdade que a publicação em tempo real da informação financeira não é exequível. Contudo, as demonstrações financeiras devem funcionar como informação adicional para os utilizadores, reforçando a eficácia da oportunidade de comunicação de fontes alternativas de informação que sejam uteis à tomada de decisão.

De acordo com uma publicação "*Federation of European Accountants*", existem três fatores que poderiam colmatar a falta de informação relevante nos atuais relatórios financeiros: (i) a integração do relatório de gestão como parte das demonstrações financeiras; (ii) a estruturação das notas no anexo; e, (iii) a coerência na utilização dos KPI's e outras informações não consideradas no atual quadro normativo (FEE, 2015).

(i) Relatório de gestão:

Existe uma distinção atual entre a informação financeira divulgada por requisito obrigatório e os relatórios de gestão que não é justificada devidamente. Existem aspetos relevantes que poderiam e deveriam ser divulgados. Por um lado, deixaria de existir informação em duplicado e por outro tornariam a informação divulgada mais relevante e completa. Os relatórios integrados como via para a divulgação da informação financeira poderiam ser a solução para evitar a duplicação de informação.

Considerando o argumento acima, nos conteúdos que são divulgados nas demonstrações financeiras, nomeadamente no anexo, deveria existir uma maior correlação entre os resultados financeiros e os modelos de negócios das

entidades. Uma análise centralizada apenas nos dados financeiros não pode ser compreendida sem uma correlação aos atuais modelos de negócio e estratégia da entidade.

Os comentários por via de relatórios integrados podem incluir textos explicativos da gestão, gráficos e tabelas dinâmicas que expliquem as estimativas futuras, variações entre períodos e/ou desagregações de montantes acumulados.

É necessário que os dados divulgados por via das demonstrações financeiras sejam correlacionados à informação que não é atualmente requisito do normativo. A relação entre IFRS e informação *non-GAAP* irá beneficiar a conexão dos dados divulgados. As demonstrações financeiras não deveriam fazer a distinção entre o relatório de gestão incluindo as medidas de KPI's. A análise da gestão é fundamental para entender o desempenho económico das entidades e perspetivar os resultados futuros tendo em conta os dados divulgados nas demonstrações financeiras (FEE, 2015).

(ii) Notas no anexo

A proposta apresentada em relação à divulgação das notas no anexo é uma reestruturação na ordem de apresentação consoante a importância e relevância da informação divulgada nas notas. As notas no anexo devem ser agrupadas por temas específicos, de forma a aumentar a relevância dos dados financeiros divulgados. É necessário dar maior liberdade às entidades para avaliarem e divulgarem em conformidade com os modelos de negócio e estratégia da entidade de forma a serem úteis na tomada de decisão (FEE, 2015).

(iii) Coerência na utilização de KPI's e medidas "non-GAAP"

O atual normativo não considera informação "*non GAAP*" ou outros KPI's relevantes, que deveriam ser divulgados nas demonstrações financeiras. Por outro lado, há quem argumente que a gestão utiliza estas medidas ou informações para

promover os seus relatórios. Os principais indicadores de desempenho das entidades e as medidas “non GAAP” devem ser divulgadas de forma imparcial, consistentes com os modelos de negócios das entidades e apenas quando são relevantes para a tomada de decisão. É necessária uma reestruturação para a divulgação de medidas não previstas no atual normativo, de forma a aumentar a relevância dos relatórios previstos na atual estrutura conceptual (FEE, 2015).

Os atuais relatórios que servem de base para a divulgação dos financeiros previstos no normativo são bastantes complexos e contem uma enorme quantidade de dados. É necessário que evoluam para um formato menos detalhado e volumoso e se concentrem sobretudo em informação relevante para os utentes da informação. Mais quantidade de dados não significa que a informação é mais relevante.

Com base num estudo da *Federation of European Accountants*, iremos analisar três aspetos fundamentais na atual estrutura conceptual: (i) aumento da relevância dos dados divulgados; (ii) informação nas notas do anexo; e (iii) políticas contabilísticas (FEE, 2015).

(i) Relevância dos dados divulgados

O atual normativa introduziu requisitos estandardizados para a divulgação dos dados económicos e financeiro independentemente da indústria ou dimensão da entidade, deixando para os reguladores, auditores e contabilistas a definição dos níveis de materialidade e relevância da informação. No entanto, com o aumento da complexidade e detalhe do atual normativo é necessária uma reestruturação.

Para aumentar a relevância dos dados económicos e financeiros devem ser desenvolvidas normas contabilísticas baseadas em princípios focados essencialmente na informação que é realmente relevante. Outro aspeto, é a definição clara da materialidade de informação quantitativa e qualitativa. Os

requisitos deveriam ser definidos num padrão único e não numa lista de tópicos individuais.

Uma abordagem mais baseada em princípios poderia aumentar o foco em questões mais relevantes e uteis para os utentes da informação. Os dados financeiros e económicos divulgados por recurso a princípios poderá dar mais ênfase às questões de mercado como o desempenho económico, a posição financeira, os modelos de negócios da entidade, a estratégia e as perspetivas económicas futuras. Uma aproximação mais detalhada do atual normativo aos modelos de negócios individuais de cada entidade (FEE, 2015).

(ii) Notas no anexo

As notas divulgadas no anexo devem ser mais curtas e focar-se em informação útil aos utentes. A propostas da *Federation of European Accountants* é para o IAS estabelecer os princípios gerais para a divulgação de informação na sua “Estrutura Conceptual” ou a criação de uma norma de caráter geral abrangente, sem necessariamente uma lista de requisitos detalhados a cumprir (FEE, 2015).

(iii) Políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras atualmente apresentam uma enorme quantidade de texto sobre as políticas contabilísticas adotadas. A divulgação das políticas contabilísticas deve ser divulgada de forma mais sucinta, dando espaço para aspetos relevantes e uteis como as políticas internas da entidade. As demonstrações financeiras devem apenas passar a informação útil capaz de influenciar as decisões económicas dos utentes da informação. *“Only the most important accounting policies should be presented in a prominent place in the financial statements, others could be incorporated by reference”*.

A criação de uma dinâmica para o futuro a informação financeira implica um debate ativo entre os vários utentes. Os dados divulgados nas demonstrações

financeiras devem ser relevantes para a tomada de decisão, assim como devem adaptar-se às exigências dos mercados e da sociedade em geral. É claro que, a preparação da informação financeira com base em padrões estandardizados está ultrapassada. A estratégia, os modelos de negócios e as perspectivas individuais futuras de cada entidade devem e podem ser correlacionados com os dados divulgados nas demonstrações financeiras (FEE, 2015).

1.4. Informação Não Financeira

A informação não financeira é um ainda bastante recente. Para analisar as questões que se colocam atualmente, relativamente à divulgação de informação não financeira e quais os parâmetros quem devem ser tidos em conta, parte-se de uma análise de publicações por parte da *Federation of European Accountants* que abordam diversas ideias para o futuro da profissão de contabilidade.

A divulgação de informação não financeira por parte das entidades é um tema ainda bastante atrasado quando comparado à divulgação de dados financeiros e muito por culpa da falta de uma definição clara e explícita do que é informação não financeira. Por outras palavras, informação não financeira será tudo aquilo que “não” é informação financeira.

Um dos problemas que se coloca é a forma de como a informação não financeira deve ser divulgada. A falta de critérios bem definidos prejudica a comparação entre entidades e indústrias, assim como a falta de modelos que permitam quantificar como a informação não financeira cria de valor para as entidades. A impossibilidade de medir em termos de valor quantitativo tudo aquilo que não é informação financeira, provocará diferenças materiais difíceis de quantificar.

Outro pressuposto abordado pela *Federation of European Accountants*, e de elevada importância relativa à informação não financeira, é a resposta às

necessidades dos utentes da informação. É preciso distinguir a informação útil da informação não útil. É necessária uma definição exata para medir os níveis de materialidade de igual forma, como se verifica na divulgação da informação de dados financeiros. O grande desafio será avaliar o nível de materialidade da informação não financeira. *“There is a need to address the concept of materiality in relation to non-financial information”*.

O valor das entidades já não é apenas medido pelos seus desempenhos económicos passados e pela sua posição financeira. Tanto os mercados financeiros como os próprios investidores estão cada vez mais interessados em temas não financeiras. As questões sociais, a preocupação com o meio ambiente, as alterações climáticas e a igualdade de género são hoje exemplos fatores capazes de influenciar as decisões económicas dos investidores. Por outro lado, o aumento da regulação obriga às entidades a adaptar os seus modelos de negócios e conseqüentemente o valor da informação financeira.

São vários os dados quantitativos utilizados para definir o valor de mercado de uma entidade que não são divulgados. O exemplo mais comum talvez seja a capacidade gerar *“cash-flows”* futuros. Não existem critérios definidos que obriguem à sua divulgação, mas é claro a sua importância para avaliar a posição financeira da entidade no mercado junto dos seus concorrentes diretos. O exemplo mais clássico de elementos qualitativos, que não são atualmente divulgados é o Goodwill. Apesar de ser possível estimar um valor de mercado, não cumpre o princípio das normas contabilísticas quanto ao seu reconhecimento com fiabilidade.

A atual Estrutura Conceptual dá espaço às entidades para a definição dos critérios relativos à divulgação de informação não financeira. No entanto, deve ser dado maior ênfase à consistência no equilíbrio entre: informação não financeira, inovação e comparabilidade entre entidades e indústrias. O papel do legislador na tentativa de definir critérios para a divulgação de dados não

financeiros é louvável, mas existe o perigo do aumento da carga administrativa e o custo sem necessariamente dar resposta às necessidades do mercado e dos utentes da informação.

A informação não financeira foi desenvolvida com base em várias Estruturas Conceptuais, o que resultou em diferentes definições de modelos de negócios e níveis de materialidade distintos. A *“Federation of European Accountants”*, no documento *“The Future of Corporate Reporting – creating the dynamics for change”* dá os seguintes exemplos: *“Some are obligatory (e.g. the requirements included in the EU Accounting Directive), some are strongly recommended by governments for multinational entities (e.g. OECD guidelines) and others are purely voluntary (e.g. GRI guidelines)”*.

A regulação quanto à divulgação de informação não financeira é ainda contraditória apesar de já existir avanços para clarificar os dados a divulgar. É clara a necessidade de uma legislação que defina critérios e níveis de materialidade que permitam uma análise global.

A divulgação da informação não financeira tem de servir os interesses dos investidores e dos utentes da informação. É preciso esclarecer quais os critérios que respondam às necessidades dos utentes da informação assim como os níveis de materialidade mais claros e o desenvolvimento de orientações que ajudem na divulgação da informação não financeira. *“It is confusing for stakeholders that there is no universal non- financial information reporting framework yet”*.

Os utentes devem ser capazes de mensurar o valor de dados não financeiros com fiabilidade, compreensão e comparabilidade do fator gerador de valor. É notório que o valor de mercado de uma entidade já não é apenas definido pelo desempenho económico. O impacto das suas atividades na sociedade, preocupações com o meio ambiente e a igualdade de trabalhadores são dados cada vez mais valorizados pelos investidores nas decisões económicas.

A divulgação de informação não financeira deve ter como prioridade responder às questões do mercado, ser relevante para a tomada de decisões económicas e garantir um crescimento sustentável das entidades. Não devem ser definidas *checklists* de medidas de desempenho ou de critérios a cumprir, mas sim focar-se sobretudo no reconhecimento de dados qualitativos relevantes para utentes, investidores e sociedade em geral.

A informação não financeira deve responder a questões que o atual normativo não responde, como: (i) a divulgação de conteúdos detalhados dos modelos de negócios, que permita a identificação que partes dos negócios são afetados por determinado problema; (ii) o detalhe dos contratos correntes e recorrentes com clientes; (iii) os indicadores de risco, nomeadamente a gestão de problemas remotos e sua resolução; (iv) os indicadores de progresso acerca da implementação dos planos estratégicos; (v) os indicadores de recompensa financeiros e operacionais; e (vi) a divulgação de narrativas alternativas à informação quantitativa pouco relevante para os utentes da informação (FEE, 2015).

A informação não financeira já faz parte da informação financeira quer por imposição legais, quer pela necessidade das entidades em comunicar aos utentes da informação. No entanto, é um tema ainda bastante subjetivo relativamente às diretrizes que definem a forma e conteúdo para a sua divulgação. Mas é indiscutível a importância da sua divulgação na informação financeira.

2. Relatório Único – Integrated Reporting

O principal objetivo do relatório integrado <IR> é aumentar a qualidade da informação financeira de forma a que os investidores possam tomar decisões económicas com base em informação mais completa. São necessárias relações

mais amplas entre investidores e entidades sobre os modelos de negócios, a estratégia e as perspectivas para a criação de valor no longo prazo. Estudos sugerem que adoção para um modelo de relato integrado pode beneficiar os investidores a melhor entender a relação dos dados financeiros e os atuais modelos de negócio, estratégias e criação de valor de longo prazo das entidades. Estudos mostram que os investidores usam este tipo de informação para avaliar o risco de investimento, a dinâmica operacional da entidade, as restrições regulatórias do setor de forma a tomar decisões em relação aos seus investimentos.

Os investidores assumem uma importância central como financiadores das entidades. A divulgação de informação financeira por via de um relatório único pode ser interessante na medida que aborda informação mais completa e abrange um leque mais alargado de investidores interessados em informação que vai para além dos tradicionais dados financeiros que são em certa medida limitados.

Depois das várias crises financeiras, os investidores tomam cada vez mais decisões com base em perspectivas de longo prazo. As divulgações trimestrais têm vindo a perder influência da perspectiva dos investidores para a tomada de decisões económicas. O foco na correlação entre o desenvolvimento sustentável e o desempenho financeiro tem ganho importância para os utentes da informação. Por outro lado, o interesse por questões relacionadas com as mudanças climáticas e de que forma podem afetar os desempenhos financeiros e económicos, assim como as entidades gerem este novo paradigma relacionado à prevenção do meio ambiente influenciam cada vez mais os utentes na tomada de decisões económicas.

A divulgação da informação financeira por via de um único relatório pode beneficiar não só investidores como as próprias entidades. A informação adicional pode ajudar no processo de tomada de decisões estratégicas com o aumento da transparência dos dados financeiros, maior colaboração entre os

vários departamentos da entidade, noção mais ampla do impacto económico e social na própria sociedade, e conseqüentemente uma maior capacidade para angariar capital por parte dos investidores (IIRCa.).

Em suma, os investidores procuram cada vez mais por informação que não é apenas financeira. O relatório único pode ajudar a suprimir esta lacuna e ainda a correlacionar a informação não financeira com os dados financeiros.

O IIRC, em colaboração com a KPMG desenvolveu uma apresentação para ajudar investidores e utentes da informação a perceber o objetivo do relatório único. O <IR> consiste na divulgação da informação da entidade de como a sua atividade económica no futuro pode gerar valor no longo prazo. É um suporte à divulgação financeira, articulado com a estratégia, o modelo de negócios e o desempenho financeiro no curto, médio e longo prazo. O <IR> pode oferecer mais informação como os principais produtos, informação sobre os funcionários, principais clientes da entidade, a relação entre os seus *stakeholders*, o posicionamento da marca face aos seus concorrentes, etc.

O <IR> pode divulgar informação extra para a tomada de decisão pois é um relatório mais focado no negócio da entidade, no desempenho financeiro e operacional (como análise aos KPIs), em informação mais transparente para melhor entendimento das perspetivas individuais e coletivas da entidade e uma visão histórica mais alargada.

A partir de um estudo entre ACCA, IIRC e IAAER, o sucesso do relatório único vai depender da procura por parte dos investidores e utentes da informação financeira. Apesar de ser um relatório em fase de exploração, é notório a necessidade dos atuais modelos em se adaptarem para uma divulgação da informação financeira que correlacione os modelos de negócios, a estratégia e a criação de valor aos dados financeiros que já são requisito do normativo. O aumento da procura por um relatório único vai pressionar as atuais estruturas

conceptuais a divulgar informação que atualmente não é requisito dos atuais normativos (IIRC, 2020).

3. Desenvolvimento Sustentável - Corporate Reporting Dialogue

A partir de 6 de dezembro de 2014, entrou em vigor a Diretiva 2014/95/UE que veio substituir a Diretiva 2013/34/UE, referente à divulgação de informação não financeira por parte de determinadas entidades e grupos. A Diretiva para a divulgação de informação não financeira é dirigida a entidades cujo número de trabalhadores seja superior a 500. O critério definido é justificado pelo custo-benefício, uma vez que para entidades de menor dimensão esse custo poderia ser muito superior face aos benefícios da divulgação de informação não financeira (Comissão Europeia, 2017).

A Diretiva exige às entidades *“que divulguem as informações pertinentes e úteis necessárias para a compreensão da sua evolução, desempenho e situação, bem como do impacto das suas atividades, em lugar de um relatório exaustivo e pormenorizado. Por outro lado, as divulgações exigidas poderão ser feitas a nível do grupo, e não obrigatoriamente por cada filial integrada num grupo. A Diretiva proporciona também às empresas uma flexibilidade considerável para divulgarem as informações pertinentes através do formato que considerem mais indicado, nomeadamente mediante um relatório separado. As empresas podem recorrer a sistemas internacionais, da UE ou nacionais”*.

Para garantir uma situação financeira sustentável, é necessário adequar a divulgação de informação não financeira. A Comissão Europeia, em 28 de outubro de 2016, constituiu um Grupo de Peritos de Alto Nível sobre Finanças Sustentáveis enquadrado no objetivo para o desenvolvimento de uma estratégia global e abrangente em matéria de sustentabilidade financeira, inserida no âmbito da *“União dos Mercados de Capitais”*.

Em 22 de novembro de 2016, a Comissão Europeia publicou a seguinte comunicação “Próximas etapas para um futuro europeu sustentável”. A comunicação foi adotada no seguimento da agenda global para 2030 pela Assembleia Geral das Nações Unidas. “Os requisitos de divulgação decorrentes da Diretiva prestam um contributo importante para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, nomeadamente para o Objetivo 12, que consiste em «garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis», e o Objetivo 5, que consiste em «alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas»” (Comissão Europeia, 2017).

Em resumo, os objetivos passam por abranger os aspetos económicos e sociais. Por um lado, a estabilidade financeira e, por outro a sustentabilidade ambiental e social na sociedade futura.

A criação de valor por parte das entidades já não é apenas medida pelo seu desempenho financeiro. O Desenvolvimento Sustentável é hoje parte importante dos modelos de negócios e valorizada por muitos dos utentes da informação.

O desenvolvimento sustentável “é um modelo de desenvolvimento económico que possibilita a satisfação das necessidades das gerações presentes sem hipotecar as necessidades das gerações futuras” (CMVM).

Várias entidades tem vindo apoiar o a integração de informação financeira e não financeira de forma a perspetivar a criação de valor e através de uma maior transparência das relações económicas e sociais que melhor sirva os utentes da informação nas decisões económicas (*Integrated Reporting, SDGs and the future of corporate reporting*).

Para fomentar o desenvolvimento sustentável, foram estabelecidas 17 metas em 2015 pela ONU designadas como Objetivos de Desenvolvimento Sustentável acrónimo em inglês, *Sustainable Development Goals (SDG)* (CMVM). As metas da SDG estão assentes em três dimensões: económica, social e ambiental.

O objetivo não é analisar as metas estabelecidas no âmbito da SDG, mas sim analisar de que forma o impacto de uma economia sustentável irá ter nas entidades e como isso deve ser considerado como parte integral da informação financeira. Os fatores ESG – acrónimo, em inglês, para *Environmental, Social and Governance*, são fatores com impacto económico e financeiro nas decisões económicas das entidades e investidores. “Os fatores ambientais incluem, nomeadamente, preocupações relacionadas com a pegada ambiental de uma empresa, região ou país e a necessidade de preservação ambiental, a política ambiental e a gestão ambiental de produtos.”. As questões sociais como os direitos dos trabalhadores, segurança, direitos humanos, saúde são exemplos de metas atingir que devem ser divulgadas na informação financeira. Os fatores governamentais referem-se às boas práticas nomeadamente à transparência e independências dos órgãos sociais, modelos de negócios com metas de longo prazo e combate à corrupção (CMVM).

O objetivo é diminuir os riscos financeiros, preservar os mercados financeiros, e potenciar o retorno financeiro e um desenvolvimento económico sustentável por via da introdução dos fatores ESG nas decisões económicas das entidades e investidores.

A informação financeira já não é apenas os dados financeiros ou estimativas económicas futuras. Os utentes da informação já não estão interessados apenas nos dados financeiros. As preocupações com questões ambientais, responsabilidade social e de governação das entidades são hoje fatores decisivos para a tomada de decisões económicas que devem ser divulgados. A divulgação da informação financeira, seja por via das demonstrações financeiras ou por relatórios internos das próprias entidades, tem que se aproximar a fatores que não apenas os dados que são requisito do normativo.

Conclusão

O objetivo do presente trabalho foi analisar de forma crítica quais as tendências que podem vir a ter impacto no relato da informação financeira. Este tema vem no seguimento das fortes críticas à contabilidade. A questão que se coloca é se a contabilidade está a cumprir a o seu principal papel: divulgar informação relevante para a tomada de decisões económicas aos utentes da informação financeira.

A contabilidade é uma fonte de informação com elevado grau de importância, pois é atualmente o principal instrumento de comunicação entre as entidades e utentes. Os dados económicos divulgados são fundamentais para o equilíbrio dos mercados e das próprias entidades. O papel da informação financeira, divulgada e estruturada pelas demonstrações financeiras, é proporcionar aos utentes informação útil e suficiente para a tomada de decisões económicas.

Numa perspetiva económica, o ponto crítico em qualquer economia é alocar os capitais disponíveis a novas oportunidades de investimento. O mercado de capitais poderá ser entendido como uma ferramenta para as entidades se financiarem junto dos investidores. Para que isso seja possível, é necessária informação financeira que permita aos investidores diferenciar os bons investimentos dos maus investimentos. A inexistência de informação ou a predominância de informação sem qualidade conduzem ao que os economistas denominam de *lemons problem* (1970, Akerlof).

A eficiência do sistema do mercado de capitais é assegurada pelos diferentes intermediários que servem de mecanismos no funcionamento e equilíbrio dos mercados financeiros. No entanto, nem sempre é verdade que os mercados são eficientes. Existem por vezes incentivos ou conflito de interesses entre as várias partes que falham na aplicação dos mecanismos de regulação. Para que seja

possível a relação entre investidores e entidades, é necessário reduzir as limitações inerentes à informação financeira.

A informação financeira vai ser crucial para o equilíbrio dos mercados. Informação pouco relevante ou distorcida pode levar os investidores a julgamentos e decisões erradas.

Como analisado anteriormente, a informação financeira está sujeita a um conjunto de princípios que definem os padrões para preparar e posteriormente divulgar a informação financeira aos utentes. Um dos aspetos centrais é a qualidade da informação financeira. Apesar de estar sujeita a normas, a informação financeira é alvo por vezes de manipulação por parte dos gestores. Em certas situações, os gestores têm incentivos para alterar os dados, o que coloca em causa a fiabilidade e conseqüentemente a qualidade da informação financeira.

A informação financeira deve divulgar não apenas informação relevante para a tomada de decisões económicas, mas também ser isenta de erros ou manipulada. Os investidores necessitam de ter confiança nos dados divulgados na informação financeira.

O paradigma em torna da contabilidade e conseqüentemente da informação financeira, na sequência da crise financeira que criticou fortemente os principais sistemas de informação questionaram se foi a contabilidade que falhou, ou os outros princípios adjacentes. Não é objeto de estudo responder a esta questão. Mas independentemente, a informação financeira tem obrigatoriamente de se adaptar a este novo contexto económico e cooperativo global em constante mudança.

O que está em causa não é a relevância dos relatórios financeiros. A principal questão do meu ponto de vista, está na perda de relevância dos dados divulgados face à realidade económica atual. Os modelos de negócios e a própria estratégia das entidades tem de fazer parte da informação financeira. A contabilidade não

se pode limitar apenas a registos contabilísticos, mas ser um dos principais instrumentos para a tomada de decisões económicas tanto dos utentes como dos próprios gestores. Um sistema de apoio transversal às diversas áreas dentro e fora da entidade, não servindo apenas os interesses individuais, mas ser uma fonte de informação fidedigna aos utentes da informação.

A perda de relevância da informação financeira está muito provavelmente no excesso de informação pouco relevante. O aumento de novas ferramentas de comunicação faz os relatórios perder relevância dado o excesso de informação e a dificuldade em por vezes interpretar os dados financeiros divulgados.

Novas ferramentas tecnológicas surgem como base para novos métodos de divulgação e preparação da informação financeira. Não existe qualquer dúvida, as tecnologias de informação serão, e em muitos casos já o são, a principal ferramenta de comunicação entre as entidades.

Os utentes da informação financeira já não são apenas os utentes primários. Os utentes da informação financeira aumentaram. Mas o problema não está no aumento, mas sim na diversificação dos utentes. O interesse por questões de sustentabilidade, preocupações sociais, investidores amadores que necessitam de informação mais simplificada, são alguns dos exemplos de que os utentes da informação são hoje em maior número e com objetivos e necessidades muito distintas que os dados divulgados por via das demonstrações financeiras ou relatórios internos das próprias entidades tem de responder.

É necessário um equilíbrio entre informação estritamente financeira e informação não financeira. O valor económico de uma entidade já não é apenas medido pelo seu desempenho financeiro. Os dados financeiros atualmente divulgados tem de estar relacionado com os modelos e estratégias das próprias entidades assim como as questões ambientais, sociais e de governação divulgadas na informação financeira.

O objeto central de estudo do presente trabalho foi analisar algumas das questões referidas. Para responder, baseamos em estudos proferidos pela *Federation of European Accountants*, a proposta do <IR> e a discussão em torno no desenvolvimento sustentável proferido pelo *Corporate Reporting Dialogue*.

A *Federation of European Accountants*, no documento *The Future of Corporate Reporting – creating the dynamics for change* aborda quatro tendências que irão influenciar a informação financeira. Tecnologias da Informação, Público-Alvo, conteúdo da Informação Financeira e divulgação de Informação não Financeira.

As novas tecnologias de informação vão influenciar não só a forma de comunicação como a preparação da própria informação. A utilização de novos formatos como “redes sociais” e uma comunicação bidirecional entre entidades e utentes são alguns dos exemplos. A tecnologia pode em muitos casos tornar a informação financeira mais relevante por via de uma divulgação mais interativa entre utentes da informação e as próprias entidades.

A visão de utentes primários está desatualizada. Os utentes da informação financeira já não são apenas os investidores e detentores de capital. Por outro lado, o aumento de parceiros económicos impulsionado pela globalização dos mercados aumento a necessidade de uma comunicação mais alargada de informação sobre as entidades. Na minha opinião, a informação tem de ser pensada para a sociedade e divulgar conteúdo que se adapte às diferentes necessidades que não apenas económicas.

Dados financeiros que não são requisito do atual quadro normativo, é em certa medida mais relevante para os investidores (um exemplo é o anúncio de ganhos futuros). A informação para ser relevante na tomada de decisões económicas deve ser comunicada oportunamente. Mas não é apenas a oportunidade que faz a informação perder relevância. Existe informação que não é requisito nos atuais normativos, mas assume um elevado grau de importância junto dos utentes da informação. Por último, o excesso de informação exaustiva e de difícil

interpretação. A informação deve ser sucinta e de rápida perceção para os utentes da informação.

No último ponto desta análise, abordamos a questão da informação não financeira. O ponto principal a meu ver é falta de uma definição clara do que é informação não financeira. É necessária uma definição clara do que é informação não financeira e não assumir como informação não financeira tudo aquilo que não é informação financeira. Organismos e entidades devem trabalhar em conjunto para definir critérios que sirvam os interesses dos utentes relativos à divulgação da informação não financeira.

Analisamos a proposta do <IR> que sugere um único relatório para a divulgação da informação financeira. O principal objetivo do relatório único <IR> é aumentar a qualidade da informação financeira de forma a que os investidores possam tomar decisões económicas com base em informação mais completa. Correlacionar os dados financeiros que já são requisito na estrutura conceptual com os atuais modelos de negócios, a estratégia e a criação de valor de longo prazo das entidades. Na medida em que o interesse por questões não financeiros aumenta, a proposta de um <IR> pode colmatar as lacunas dos atuais normativos relativos a informação que não é divulgada.

Por último, o desenvolvimento sustentável. Até há pouco tempo, o valor de uma entidade ou grupo era medido apenas pelo seu desempenho económico, posição financeira e/ou resultados futuros. Atualmente, os cuidados, iniciativas ou procedimentos adotados pelas entidades em relação às questões ambientais, sociais e governamentais tem impacto direto tanto nos mercados como nas decisões dos utentes.

É expectável que, dentro de alguns anos (não muitos), a informação financeira e a profissão (profissionais responsáveis pela preparação da informação financeira) sofrerão alterações significativas. A informação financeira deverá evoluir para o relato das entidades e não apenas para a divulgação de dados

económicos e financeiros. A interação com os utentes da informação tende a ser cada vez mais instantânea. A tecnologia vai ditar a forma como as entidades vão proceder na preparação dos relatórios financeiros. No entanto, é necessária uma abertura à mudança e inovação. As questões ambientais e sociais são cada vez mais importantes. As entidades têm metas definidas, quer internas ou impostas por lei, e isso pode e deve ser comunicado. Vamos entrar numa nova era da informação financeira, e não está longe.

Bibliografia

- Akerlof, George A. (1970), The Market for “Lemons: Quality Uncertainty and the Market Mechanism, *Quarterly Journal of Economics*, nº 84 (August), p. 488-500.
- Alves, P. (2018). Contabilidade, que futuro?, disponível em <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/contabilidade-que-futuro-312623>, acessado em 19 de agosto de 2020.
- Borges, A., Rodrigues, A., & Rodrigues, R. (2010). Elementos de contabilidade geral (25th ed., pp. 27-39). Lisboa (PT): Áreas.
- Comissão Europeia (2017). Comunicação da Comissão, Orientações sobre a comunicação de informações não financeiros. Bruxelas, 26.6.2017
- Constitution. (2020), disponível em <https://cdn.ifrs.org/-/media/feature/about-us/legal-and-governance/constitution-docs/ifrs-foundation-constitution-2020.pdf?la=en>, acessado em 10 de setembro de 2020.
- Decreto-Lei 89/2017, 2017-07-28. (2017), disponível em <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/89/2017/07/28/p/dre/pt/html>, acessado em 24 de agosto de 2020.
- Dharan, B., & Zeff, S. (1994). Readings and notes on financial accounting (4th ed., pp. 9-190). New York: McGraw-Hill.
- EUR-Lex - 32014L0095 - EN - EUR-Lex. (2021), disponível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32014L0095>, acessado em 24 de agosto de 2020.
- Financial Accounting Standards Board (FASB), disponível em <https://www.fasb.org/home>.

- Informação que deve ser prestada pelos Intermediários Financeiros sobre Instrumentos Financeiros. (2012), disponível em <https://www.cmvm.pt/pt/EstatisticasEstudosEPublicacoes/Brochuras/Documents/Informacao%20que%20deve%20ser%20prestada%20sobre%20Instrumentos%20Financeiros.pdf>, acedido em 30 de agosto de 2020.
- IIRCa. Integrated Thinking & Strategy.
- IIRC. 2020. Reporting on enterprise value Illustrated with a prototype climate-related financial disclosure standard.
- Integrated Reporting (IR), disponível em <https://integratedreporting.org/>.
- International Federation of Accountants (IFAC), disponível em <https://www.ifac.org/>.
- International Financial Reporting Standards (IFRS), disponível em <https://www.ifrs.org/>.
- Levinson, M. (2020). Tradução: Caixeirinho, Patricia. Guia dos Mercados Financeiros Porque existem e como funcionam (1st ed., pp. 9-26). Lisboa: Clube do Autor, S.A.
- Lima, P. (2020). Fundos sustentáveis: os investidores estão cada vez mais amigos do ambiente, disponível em <https://expresso.pt/economia/2020-02-08-Fundos-sustentaveis-os-investidores-estao-cada-vez-mais-amigos-do-ambiente>, acedido em 20 de dezembro de 2020.
- Lisboa, J., Coelho, A., Coelho, F., & Almeida, F. (2011). Introdução à Gestão de Organizações (3rd ed., pp. 449-462). Porto: Vida Económica - Editorial, SA.
- Mata, J. (2013). Economia da empresa (8th ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- O [Business Intelligence] permite melhorar significativamente os processos e tem um impacto significativo no modelo de negócio (2017), disponível em <https://www.pbs.up.pt/pt/artigos-e-eventos/artigos/o-business-intelligence-permite-melhorar-significativamente-os-processos-e-tem-um-impacto-significativo-no-modelo-de-negocio/>, acessado em 01 de outubro de 2020.
- Orientações sobre a comunicação de informações não financeiras. (2017), disponível em <https://ec.europa.eu/transparency/regdoc/rep/3/2017/PT/C-2017-4234-F1-PT-MAIN-PART-1.PDF>, acessado em 24 de agosto de 2020.
- Palepu, K., Healy, P., & Peek, E. (2010). Business analysis and valuation (2nd ed., pp. 3-35). London: Cengage Learning.
- Perguntas e Respostas sobre Finanças Sustentáveis (2018), disponível em <http://www.cmvm.pt/pt/AreadoInvestidor/Faq/Pages/faq-financas-sustentaveis.aspx>, acessado em 15 de dezembro de 2020.
- Roychowdhury, S., 2006, Earnings management through real activities manipulation, Journal of Accounting and Economics 42 (2006) 335–37.
- Santos, S. (2017). Os desafios da Gestão Sustentável, disponível em <https://www.pbs.up.pt/pt/artigos-e-eventos/artigos/os-desafios-da-gestao-sustentavel/>, acessado em 01 de outubro de 2020.
- Silva, J. (2017). Desenvolvimento sustentável: "Want to Be a Billionnaire? Solve a Billion-Person Problem!", disponível em <https://www.pbs.up.pt/pt/artigos-e-eventos/artigos/desenvolvimento-sustentavel-want-to-be-a-billionnaire-solve-a-billion-person-problem/>, acessado em 01 de outubro de 2020.
- Sistema de Normalização Contabilística – SNC, disponível em, <http://www.cnc.min-financas.pt/snc.html>, acessado em 02 de novembro de 2020.
- Sustainability Accounting Standards, disponível em <https://corporatereportingdialogue.com/initiative/sustainability-accounting-standards/>, acessado em 01 de outubro de 2020.

- Sustentabilidade e Responsabilidade: a importância de “dar o exemplo” (2017), disponível em <https://www.pbs.up.pt/pt/artigos-e-eventos/artigos/sustentabilidade-e-responsabilidade-a-importancia-de-dar-o-exemplo/>, acessado em 01 de outubro de 2020.
- The Future of Corporate Reporting – creating the dynamics for change. (2015), disponível em <https://www.accountancyeurope.eu/wp-content/uploads/FEECogitoPaper - FutureofCorporateReporting.pdf>, acessado em 16 de julho de 2018.
- The Future of Corporate Reporting – creating the dynamics for change. (2017), disponível em <https://www.accountancyeurope.eu/wp-content/uploads/170322-Publication-Follow-up-paper-on-FoCR.pdf>, acessado em 21 de julho de 2018.
- SDGs and the future of corporate reporting | Integrated Reporting, disponível em <https://integratedreporting.org/resource/sdgs-and-the-future-of-corporate-reporting/>, acessado em 14 de dezembro de 2020.
- Why global accounting standards?, disponível em <https://www.ifrs.org/use-around-the-world/why-global-accounting-standards/>, acessado em 20 de setembro de 2020.
- Who we are, disponível em <https://www.ifrs.org/about-us/who-we-are/>, acessado em 20 de setembro de 2020.